



## NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



## NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### **Introdução**

O Balanço e a Demonstração de Resultados encontram-se elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e demais legislação portuguesa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à entidade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015.

### **8.1 – Caracterização da entidade**

A informação de identificação e caracterização do Município de Redondo consta de mapa síntese que acompanha a prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

### **8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados**

#### **8.2.1 – Disposições do POCAL derogadas e seus efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados:**

No âmbito de condicionantes que influem diretamente sobre o resultado líquido do exercício ou sobre o balanço municipal serão de referir os seguintes itens:

#### **Foi aplicado o princípio de especialização de exercícios:**

**Custos** – Encargos com o pessoal respeitantes a subsídio de férias e respetivos encargos da entidade patronal; Seguros; Rendas de Imóveis; Encargos com Iluminação Pública e Comunicações.

**Proveitos** – Rendas (Habitação e Mercados); Iluminação Pública; Transferências referentes a cobrança de Resíduos Sólidos; Juros de Depósitos e de Aplicações Financeiras, Impostos Diretos e Subsídios para Investimentos Plurianuais.

### 8.2.3 – Os critérios de valorimetria utilizados:

De acordo com o ponto 4.1 «Imobilizações» do POCAL e com a Portaria nº 671/2000, esta reportando às instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), o ativo imobilizado do Município foi valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Entenda-se por custo de aquisição o preço de compra de um bem, acrescido dos gastos diretos ou indiretos para o colocar no seu estado atual; o custo de produção tem a ver com todas as despesas suportadas e necessárias ao fabrico do bem, nomeadamente com matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, mão-de-obra direta e outros gastos gerais de fabrico.

No entanto, de acordo com estabelecido no POCAL e no CIBE, existem algumas exceções, como por exemplo bens considerados de valor zero, sendo estes fruto de doações em que não se conseguiu apurar o seu valor, deixando de o ser quando é assumido o custo de alguma reparação relevante.

Neste documento excetuaram-se alguns bens constantes do balanço inicial cujo valor foi atribuído baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza.

Em regra, as amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, tendo por base as taxas preconizadas no classificador CIBE. As amortizações devem traduzir a depreciação sofrida durante a vida útil dos bens, reportando-se ao mês da sua aquisição.

#### **Imobilizado**

O ativo imobilizado evidenciado no Balanço encontra-se, por regra, valorizado ao custo de aquisição ou de produção.

No caso dos ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconhece, o Município considera o valor resultante de avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos diferentes bens. Para tal foram constituídas comissões de avaliação compostas por técnicos de diferentes áreas.

No caso de impossibilidade de valorização, os bens assumem valor zero até serem objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Os bens de domínio público que se encontram sob a responsabilidade deste Município, são, sempre que possível valorizados ao custo de aquisição ou de produção. Nos casos em que se desconhece o custo de aquisição ou de produção, aplicam-se os critérios definidos nos parágrafos anteriores.

Os bens pertencentes ao ativo imobilizado obtidos a título gratuito encontram-se valorizados de acordo com o critério do justo valor.

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com o respetivo preço de aquisição.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

As despesas de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo de três anos.

Os terrenos não são amortizáveis.

### **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

### **Imobilizações Corpóreas**

Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2002:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou do método de mercado.

Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2002, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição.

## Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das despesas necessárias à sua entrada em armazém, tendo sido adotado como método de custeio de saídas o custo médio ponderado.

Existências	
Designação	Valor
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo,	125.786,20€
Mercadorias	302,46€
<b>Valor das Existências em 31/12/2015</b>	

## Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Nos termos do nº 2, do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21.06, a Autoridade Tributária e Aduaneira disponibilizou no seu portal o valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro, referentes às receitas fiscais do Município.

Estes valores, constantes do quadro seguinte, não constam do balanço do Município dado que a informação disponibilizada é insuficiente, nomeadamente quanto ao ano de origem e à probabilidade da sua boa cobrança.

ANO	IMPOSTO	NÚMERO DA NOTA DE COBRANÇA (DUC)	PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO (QUANTIA EXEQUENDA) *
2015	IMI	Valores Agregados **	133.399,43 €
2015	IMI	117.012.642.842.903	5.608,61 €
2015	IMI	117.012.263.699.303	6.127,03 €
2015	IMI	117.814.183.127.303	6.054,70 €
2015	IMI	117.613.170.510.903	5.886,71 €
2015	IMI	117.414.183.127.403	6.054,70 €
2015	IMI	117.413.170.511.003	5.886,71 €

Notas ao Balanço e à demonstração de Resultados

2015	IMI	117.412.642.842.803	6.127,03 €
2015	IMI	117.114.183.127.203	6.054,70 €
2015	IMI	117.013.170.510.803	5.886,72 €
2015	IMT	Valores Agregados **	2.816,40 €
2015	IUC	Valores Agregados **	31.636,31 €
2015	SISA	Valores Agregados **	7.981,49 €
TOTAL GERAL			229.520,54 €

### Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa

Os depósitos em Instituições Financeiras e as disponibilidades de caixa encontram-se expressos pelos montantes dos saldos de todas as contas de depósito e dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

### Especialização dos Exercícios

A entidade regista os seus custos e perdas, proveitos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo estes imputados ao exercício em que foram incluídos ou gerados, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### Subsídios para Investimento

As comparticipações atribuídas ao Município, destinadas a financiar investimentos em ativos immobilizados são, por regra, contabilizadas na data da respetiva homologação, ficando expressos os valores totais dos financiamentos aprovados, na conta 274 "PROVEITOS DIFERIDOS".

### Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

#### 8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo immobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são evidenciados nos seguintes mapas:

Em termos dos movimentos ocorridos nas contas do Imobilizado, durante o exercício de 2015, há, numa primeira análise, a registar, uma certa estagnação face aos valores contabilizados no ano anterior.

De seguida apresentam-se os mapas que refletem os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, os quais constam do balanço e das respetivas amortizações e provisões.

#### **8.2.7 a) Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado Bruto:**

##### **Ativo Bruto**

Rubricas	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<b>41</b>	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>2.951.588 €</b>	<b>152.405 €</b>	<b>- €</b>	<b>152.405 €</b>	<b>2.951.588 €</b>
41.1	Partes de capital	152.405 €	152.405 €	- €	152.405 €	152.405 €
41.2	Obrigações e títulos de participação	363.083 €	- €	- €	- €	363.083 €
41.4	Investimentos em imóveis	2.436.099 €	- €	- €	- €	2.436.099 €
<b>42</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS</b>	<b>25.436.237 €</b>	<b>336.226 €</b>	<b>134.010 €</b>	<b>- €</b>	<b>25.638.453 €</b>
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.268.105 €	- €	59.228 €	- €	2.208.877 €
42.2	Edifícios e outras construções	18.950.630 €	44.180 €	29.429 €	- €	18.965.380 €
42.3	Equipamento básico	1.851.223 €	172.707 €	41.590 €	- €	1.982.340 €
42.4	Equipamento de transporte	1.293.908 €	23.575 €	- €	- €	1.317.483 €
42.5	Ferramentas e utensílios	33.988 €	1.517 €	- €	- €	35.504 €
42.6	Equipamento administrativo	856.623 €	90.048 €	3.349 €	- €	943.323 €
42.9	Outras imobilizações corpóreas	181.760 €	4.200 €	414 €	- €	185.546 €
<b>43</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>	<b>59.149 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>59.149 €</b>
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	59.149 €	- €	- €	- €	59.149 €
<b>44</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	<b>533.660 €</b>	<b>486.819 €</b>	<b>- €</b>	<b>995.136 €</b>	<b>25.343 €</b>
44.5	Imobilizações em curso de bens de domínio público	533.660 €	486.819 €	- €	995.136 €	25.343 €
<b>45</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>45.164.943 €</b>	<b>726.726 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>45.891.669 €</b>
45.1	Terrenos e recursos naturais	1.177.616 €	- €	- €	- €	1.177.616 €
45.2	Edifícios	77.468 €	- €	- €	- €	77.468 €
45.3	Outras construções e infraestruturas	43.909.859 €	726.726 €	- €	- €	44.636.585 €
<b>Total.</b>		<b>74.145.577 €</b>	<b>1.702.177 €</b>	<b>134.010 €</b>	<b>1.147.541 €</b>	<b>74.566.203 €</b>

Notas ao Balanço e à demonstração de Resultados

11786	ESTUDO/ENSAIO TOPONIMICO DE REDONDO - RUAS COM HISTORIA	42.9	15-09-2015	1.999,99 €
50054	ESC.SERVICOS-PAÇOS DO CONCELHO	42.2.1.02	31-08-2015	11.783,40 €
50155	ESCOLA E JARDIM INFÂNCIA - SANTA SUSANA	42.2.1.06	16-12-2015	1.096,67 €
50472	SALÃO POLIVALENTE DE MONTOITO	42.2.1.03	11-05-2015	641,09 €
50472	SALÃO POLIVALENTE DE MONTOITO	42.2.1.03	30-06-2015	30.222,42 €
50508	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MONTOITO	42.2.1.06	30-12-2015	436,26 €
70421	DISTRIBUIÇÃO ENTERRADA ÁGUAS-ZONA INDUSTRIAL	45.3.1.06	30-06-2015	13.620,29 €
70427	CONSERVACAO E MANUTENCAO DA REDE DE AGUAS NO CONCELHO	45.3.1.06	30-06-2015	64.130,22 €
70427	CONSERVACAO E MANUTENCAO DA REDE DE AGUAS NO CONCELHO	45.3.1.06	31-12-2015	900,00 €
70428	PROLONGAMENTO DAS REDES DE AGUAS EXISTENTES NO CONCELHO	45.3.1.06	31-12-2015	1.800,00 €
80119	DRENAGEM ENTERRADA DE BETÃO - Z.I. REDONDO	45.3.1.02	30-06-2015	95.879,86 €
80126	ESGOTOS - PROLONGAMENTO DE REDES	45.3.1.02	31-12-2015	2.214,00 €
80127	ESGOTOS-CONSERVACAO E MANUTENCAO DE REDES EXISTENTES	45.3.1.02	30-06-2015	12.267,86 €
80127	ESGOTOS-CONSERVACAO E MANUTENCAO DE REDES EXISTENTES	45.3.1.02	31-12-2015	1.107,00 €
90065	PAVIMENTACAO E CONSERVACAO DE CAMINHOS AGRICOLAS NO CONCELHO	45.3.1.07	31-12-2015	1.107,00 €
90070	VIACÃO RURAL DO CONCELHO	45.3.1.07	31-12-2015	17.225,64 €
90101	ARRUAMENTOS REDONDO	45.3.1.01	30-06-2015	233.366,34 €
90101	ARRUAMENTOS REDONDO	45.3.1.01	31-12-2015	2.525,55 €
90102	ARRUAMENTOS ALDEIA DA SERRA	45.3.1.01	31-12-2015	676,95 €
90105	ARRUAMENTOS MONTOITO	45.3.1.01	31-12-2015	442,80 €
90106	ARRUAMENTOS ALDEIAS DE MONTOITO	45.3.1.01	31-12-2015	553,50 €
90109	ARRUAMENTOS ZONA INDUSTRIAL REDONDO	45.3.1.01	30-06-2015	164.348,36 €
100001	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.3.1.03	30-06-2015	48.479,91 €
<b>TOTAL</b>				<b>733.482,29 €</b>

#### 8.2.12 – Todas as imobilizações corpóreas e em curso:

- Imobilizações em poder de terceiros;
- Bens de Domínio Público;

Encontra-se abrangida por um contrato de concessão, celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a EDP Distribuição – Energia, SA, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Redondo.

#### 8.2.14. – Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar:

- a) – Bens de relevância histórica ou cultural que, em sequência de critério definido pela Comissão de Avaliação, assumem valor zero por não ser exequível a sua avaliação.
- b) – Bens imóveis, avaliados ou não, cujo registo de propriedade não se encontra regularizado, não se encontrando, por isso, contabilizados no Ativo Imobilizado.
- c) - Bens móveis e imóveis arrolados e classificados, cujo custo de aquisição ou produção se desconhece, encontrando-se em fase de avaliação técnica.

**8.2.7 b) Movimentos ocorridos nas Amortizações e Provisões****Amortizações e Provisões**

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Rubricas	Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48.1	De investimentos em imóveis	1.633.861,45€	69120,01€	0€	1702981,46€
48.2	De imobilizações corpóreas	7.584.526,96€	785.557,45€	56.286,32€	8.313.798,09€
48.3	De imobilizações incorpóreas	46689,66€	5074,01€	0 €	51.763,67€
48.5	De bens de domínio público	21.827.562,81€	1.525.004,72€	- €	23.352.567,53€
<b>Total .....</b>		<b>31.092.641 €</b>	<b>2.384.756 €</b>	<b>56.286,32 €</b>	<b>33.421.111 €</b>

Importa registar que as regularizações efetuadas durante o exercício de 2015 estão relacionadas essencialmente com os abates e alienações associados aos bens do imobilizado corpóreo.

**8.2.8 – Nas páginas seguintes, encontra-se desagregada a informação de cada uma das rubricas dos mapas da nota anterior, nas relações que se discriminam:**

a) Relação de bens imóveis adquiridos / avaliados até final de 2015;

N.Inv.	Identificação do Bem	Cl. Pat.	Data Alteração	Valor
4112	VOLVO AUTOMÓVEL PESADO (LIXO)	42.4	17-06-2015	3.617,85 €
4112	VOLVO AUTOMÓVEL PESADO (LIXO)	42.4	24-11-2015	1.708,86 €
4112	VOLVO AUTOMÓVEL PESADO (LIXO)	42.4	10-12-2015	503,93 €
4327	FIAT TRACTOR	42.4	23-09-2015	3.497,91 €
5887	SCANIA AUTOMOVEL PESADO EXP. P/ RECOLHA DE LIXO	42.4	30-09-2015	2.937,44 €
5887	SCANIA AUTOMOVEL PESADO EXP. P/ RECOLHA DE LIXO	42.4	24-11-2015	3.169,60 €
8155	MAN VEICULO PESADO DE CARGA	42.4	18-05-2015	1.226,01 €
9212	FORD TRANSIT MATRICULA 66-JQ-91 GASOLEO	42.4	26-05-2015	1.132,73 €
9245	NISSAN TERRANO II R20 JIPE MATRICULA 83-91-JE	42.4	07-12-2015	1.055,79 €
9600	CILINDRO DUOMAT DR66	42.3.9	02-02-2015	292,74 €
11543	IVECO AUTOCARRO MODELO A 70C17CC/P	42.4	21-05-2015	2.695,05 €
11660	MASSEY FERGUSON TRACTOR 95-JX-04	42.4	01-04-2015	837,38 €
11719	JCB RETROESCAVADORA	42.4	30-03-2015	1.192,37 €
11757	SOFTWARE	42.3.1	11-03-2015	1.034,69 €
11757	SOFTWARE	42.3.1	10-05-2015	325,07 €
11757	SOFTWARE	42.3.1	11-05-2015	709,62 €
11757	SOFTWARE	42.3.1	12-05-2015	720,14 €

d) – Bens móveis arrolados e classificados, aos quais foi atribuído o valor zero pela comissão de avaliação, em conformidade com o ponto 4.1.4 dos critérios de valorimetria do POCAL.

**8.2.15 – Quanto aos bens de domínio público não amortizáveis, apresentam-se, nas páginas seguintes:**

Bens de domínio público não amortizáveis:

- Terrenos

Em conformidade com o disposto na alínea g), nº 1, do artigo 36º da Portaria nº 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

**8.2.16 – No que respeita às entidades participadas, apresentam-se, na página seguinte, os quadros de:**

- a) Participações Financeiras – Entidades Societárias;
- b) Participações Financeiras – Entidades Não Societárias

**PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - ENTIDADES SOCIETÁRIAS**

**Quadro – XXXIV**

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Nº	CAE	Capital Social €	Participação	
					Valor €	%
ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO, S.A.	513606130			167 807 560€	152.405€	0,09
FAM – FUNDO APOIO MUNICIPAL	513319182			650 000 000€	363.083,45€	0,11

### PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Denominação Social	N.P.C.	Nº	CAE	Contribuição		Data Constituição	
				Anual			
				Inicial	€		
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	509364390	1P	84113	-	30.769,40€	03-08-2009	
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ANMP	501627413	1P	91333	-	4.218€	30-03-1985	

ENDIVIDAMENTO IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO	% Imputação	Endividamento Imputável €
CIMAC – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	6,51%	232,79€
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ANMP		304.27€

**8.2.22 – As dívidas de cobrança duvidosa correspondem aos recibos para cobrança evidenciados no mapa das contas de ordem:**

COD. CONTA		ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
21.8	CLIENTES, CONTRIB. E UTENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	43.167,30€		46.594,58€	43.167,30€	89.761,88€	43.167,30€	46.594,58€	

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada transferida para execução fiscal.

**8.2.26 – Mapa com descrição desagregada referente às garantias, cauções prestadas e recibos para cobrança:**

**MAPA DAS CONTAS DE ORDEM**

Mapa das Contas de Ordem							
Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	2.743.469 €	2.743.469 €	454.844 €	454.844 €	- €	- €
9,1	CAUÇÕES E DEPÓSITOS DE GARANTIA	773.585 €	1.225.338 €	252.928 €	153.598 €	- €	352.423 €
09.1.1	CAUÇÕES PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA	- €	11.640 €	22.115 €	11.058 €	- €	582 €
09.1.1.01	Forn. de água - Cauções prestadas	- €	11.640 €	- €	11.058 €	- €	22.697 €
09.1.1.02	Forn. de água - Cauções acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	Forn. de água - Cauções devolvidas	- €	- €	22.115 €	- €	22.115 €	- €
09.1.2	CAUÇÕES DE EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	644.763 €	860.765 €	50.250 €	142.540 €	- €	308.293 €
09.1.2.01	Empreit. e fornec. - Cauções prestadas	- €	860.765 €	- €	42.227 €	- €	902.992 €
09.1.2.02	Empreit. e fornec. - Cauções acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	Empreit. e fornec. - Cauções devolvidas	644.763 €	- €	50.250 €	100.313 €	594.699 €	- €
09.1.3	CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS E OBRAS	128.822 €	343.762 €	180.563 €	- €	- €	34.377 €
09.1.3.01	Loteamentos e obras - Cauções prestadas	- €	343.762 €	- €	- €	- €	343.762 €
09.1.3.02	Loteamentos e obras - Cauções acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.3.03	Loteamentos e obras - Cauções devolvidas	128.822 €	- €	180.563 €	- €	309.385 €	- €
09.1.4	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTOS SANITÁRIOS	- €	8.948 €	- €	- €	- €	8.948 €
09.1.4.01	Lic. Sanitários - Cauções prestadas	- €	8.948 €	- €	- €	- €	8.948 €
09.1.4.02	Lic. Sanitários - Cauções acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.4.03	Lic. Sanitários - Cauções devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.5	OUTRAS CAUÇÕES	- €	224 €	- €	- €	- €	224 €
09.1.5.01	Outras cauções - Cauções prestadas	- €	224 €	- €	- €	- €	224 €
09.1.5.02	Outras cauções - Cauções acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.5.03	Outras cauções - Cauções devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,2	RECEITA VIRTUAL	44.738 €	- €	6.939 €	41.379 €	10.299 €	- €
09.2.1	RECEITA VIRTUAL - ANOS ANTERIORES	44.738 €	- €	6.939 €	41.379 €	10.299 €	- €
09.2.1.01	R. V. de anos anteriores - Liquidada	44.738 €	- €	- €	- €	44.738 €	- €
09.2.1.02	R. V. de anos anteriores - Cobrada	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	R. V. de anos anteriores - Anulada	- €	- €	6.939 €	41.379 €	- €	34.439 €
09.2.2	RECEITA VIRTUAL - ANO CORRENTE	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.01	R. V. do ano corrente - Liquidada	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.02	R. V. do ano corrente - Cobrada	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	R. V. do ano corrente - Anulada	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,3	GARANTIAS A FAVOR DA CMR	- €	1.473.393 €	- €	- €	- €	1.473.393 €
09.3.1	GARANTIAS BANCÁRIAS A FAVOR DA	- €	1.473.393 €	- €	- €	- €	1.473.393 €

## Notas ao Balanço e à demonstração de Resultados

	CMR						
09.3.1.01	Gar. banc. a favor da CMR - Constituídas	- €	1.473.393 €	- €	- €	- €	1.473.393 €
09.3.1.02	Gar. banc. a favor da CMR - Acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Gar. banc. a favor da CMR - Libertadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,4	GARANTIAS A FAVOR DE TERCEIROS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.4.1	GAR. BANC. A FAVOR DE TERCEIROS	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.4.1.01	Gar. banc. a favor de ter - Constituídas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.4.1.02	Gar. banc. a favor de ter - Acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.4.1.03	Gar. banc. a favor de ter - Libertadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,9	CONTRAPARTIDAS	1.925.146 €	44.738 €	194.977 €	259.867 €	1.815.518 €	- €
DE CAUÇÕES E DEPÓSITOS DE GARANTIA		451.753 €	- €	153.598 €	252.928 €	352.423 €	- €
09.9.1	Contrapartida - Cauções de forn. de água	11.640 €	- €	11.058 €	22.115 €	582 €	- €
09.9.1.02	Contrapartida - Cauções de empr. e forn.	216.002 €	- €	142.540 €	50.250 €	308.293 €	- €
09.9.1.03	Contrapartida - Cauções de lot. e obras	214.940 €	- €	- €	180.563 €	34.377 €	- €
09.9.1.04	Contrapartida - Cauções de lic. sanitar.	8.948 €	- €	- €	- €	8.948 €	- €
09.9.1.05	Contrapartida - Outras cauções	224 €	- €	- €	- €	224 €	- €
09.9.2	CONTRAPARTIDA - RECEITA VIRTUAL	- €	44.738 €	41.379 €	6.939 €	- €	10.299 €
09.9.2.01	Contrapartida - R. V. de anos anteriores	- €	11.674 €	41.379 €	6.939 €	22.766 €	- €
09.9.2.02	Contrapartida - R. V. do ano corrente	- €	33.064 €	- €	- €	- €	33.064 €
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS BANCÁRIAS		1.473.393 €	- €	- €	- €	1.473.393 €	- €
09.9.3	Contrapartida - Gar.banc. a favor da CMR	1.473.393 €	- €	- €	- €	1.473.393 €	- €
09.9.3.01	Contrapartida - Gar.banc. a favor de ter	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>TOTAL</b>	<b>2.743.469 €</b>	<b>2.743.469 €</b>	<b>454.844 €</b>	<b>454.844 €</b>		

**8.2.27. Provisões acumuladas e provisões do exercício:**

COD. CONTA		ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
29.1	Para cobranças duvidosas		43.167,30€		11.317,83€		54.485,13€		54.485,13€
29.2	Para riscos e encargos		313.765,48€		67.765,94€		381.531,42€		381.531,42€

**8.2.28 – Movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5 «Fundo Patrimonial»:**

Tecnicamente, o Inventário do Património do município de Redondo encontra-se concluído. Contudo, podem ainda existir situações patrimoniais pontuais, que não foram objeto de inventariação, ou, que apesar de inventariadas não estavam valorizadas, uma vez que não era possível atribuir-lhes um valor de mercado.

### FUNDOS PRÓPRIOS

COD.	CONTA	ANTERIOR		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
5	FUNDOS PROPRIOS	12.131.583,62 €	46.945.305,32 €	3.115.184,19 €	122.680,57 €	15.246.767,81 €	47.067.985,89 €	- €	31.821.218,08 €
51	PATRIMÔNIO	- €	45.445.042,79 €	- €	- €	- €	45.445.042,79 €	- €	45.445.042,79 €
57	RESERVAS	- €	1.500.262,53 €	144.027,73 €	122.680,57 €	144.027,73 €	1.622.943,10 €	- €	1.478.915,37 €
59	RESULTADOS TRANSITADOS	12.131.583,62 €	- €	2.971.156,46 €	- €	15.102.740,08 €	- €	15.102.740,08 €	- €
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.971.156,46 €	- €	- €	2.971.156,46 €	2.971.156,46 €	2.971.156,46 €	1.050.209,88 €	- €

O saldo da conta 51- Património resulta da diferença entre o total do ativo e do passivo do balanço inicial, bem como dos posteriores ajustamentos ao balanço inicial e ainda do reforço do património de acordo com o ponto 2.7.3.4. do POCAL.

O saldo da conta 57- Reservas - refere-se à transferência de 5% dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para a conta 571- Reservas Legais e ao registo de valores doados na conta 576- Doações. A conta 59- Resultados transitados - regista os resultados transitados do valor do resultado líquido dos exercícios dos anos anteriores e ainda algumas regularizações que, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, foram consideradas não frequentes e de grande significado.

A conta 88- Resultado líquido do exercício - provém do apuramento final dos resultados do exercício de 2015.

#### 8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

#### DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS-CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0 €	166.388,50 €
Compras	352.733,29 €	452.582,60 €
Regularização de existências	0 €	- 6.312,76 €
Existências finais	302,46€	125.786,20 €
<b>Custos no exercício</b>	<b>352.430,83 €</b>	<b>486.872,14 €</b>
<b>CMVMC</b>	<b>839.302,97 €</b>	



Município de Redondo

Notas ao Balanço e à demonstração de Resultados

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2002. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2015, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

#### 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros:

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPORTADOS	1.281,93€	2.244,97€	781 - JUROS OBTIDOS	23.416,53	39.956,53€
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	69.120,01€	70.666,46	783 - RENDIMENTOS DE IM VEIS	8.171,28€	14.149,67€
684 - PROVIS ES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFEREN AS DE C MBIO DESFAVOR VEIS			785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORAVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	4,70€	52,69€
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.420,44€	1.171,24€	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	301.708,65€	325.308,62€	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	341.938,52€	345.232,40€
Total ....	373.531,03€	399.391,29€	Total ....	373.531,03€	399.391,29€

**8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários:**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	7.028,22 €	853,45 €	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	254.713,50 €	522.088,42 €	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	16.155,64 €	17.816,92 €	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	4.410,93 €	4.118,24 €
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	44.430,17 €	1.062,23 €	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	17.546,64 €	14.201,53 €
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	12.703,71 €	14.742,11 €
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	75.039,69 €	881,37 €
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	59.616,85 €	111.138,32 €	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	85.034,40 €	123.668,07 €
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS			798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	919.044,80 €	651.835,46 €
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	731.835,79 €	156.487,44 €			
Total .....	1.113.780,17 €	809.446,78 €	Total.....	1.113.780,17 €	809.446,78 €

**8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

